

Portaria nº 367, de 4 de maio de 2017	Aprova o mecanismo de remoções conjuntas para diplomatas das classes de Conselheiro, Primeiro, Segundo e Terceiro-Secretários
Portaria nº 368, de 4 de maio de 2017	Aprovar o mecanismo de remoções conjuntas para Oficiais de Chancelaria e servidores de nível superior das carreiras PCC/PGPE
Portaria nº 369, de 4 de maio de 2017	Aprova o mecanismo de remoções conjuntas para Assistentes de Chancelaria e servidores de nível médio das carreiras PCC/PGPE
Portaria nº 687, de 08 de setembro de 2017	Regulamenta o mecanismo de promoções do segundo semestre de 2017
Portaria nº 748, de 27 de setembro de 2017	Retifica artigos da Portaria nº 687, de 08 de setembro de 2017
Portaria nº 840, de 17 de outubro de 2017	Institui o Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE), com o objetivo de capacitar os Diplomatas, Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria em primeira remoção, ou em missão transitória por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, bem como servidores do Ministério pertencentes ao PCC/PGPE que desejem se candidatar à remoção ou missão transitória por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, para o exercício de funções nos Postos no exterior
Portaria nº 976, de 18 de dezembro de 2017	Mecanismo de remoções conjuntas para diplomatas das classes de Conselheiro, Primeiro, Segundo e Terceiro-Secretários
Portaria nº 977, de 15 de dezembro de 2017	Mecanismo de remoções conjuntas para Oficiais de Chancelaria e servidores de nível superior das carreiras do PCC/PGPE
Portaria de 17 de janeiro de 2018	Apostilar a Portaria de 12 de dezembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 240, de 15 de dezembro de 2017 (GAOA)
Portaria nº 171, de 20 de fevereiro de 2018	Aprova o Plano de Trabalho e define competências do Grupo de Assistência Operacional e Administrativa - GAOA, subordinado à Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior.
Portaria nº 228, de 08 de março de 2018	Regulamenta o mecanismo de promoções do primeiro semestre de 2018
Portaria nº 280, de 29 de março de 2018	Retifica artigos da Portaria nº 228, de 08 de março de 2018
Portaria nº 611, de 06 de agosto de 2018	Regulamenta o mecanismo de promoções do segundo semestre de 2018
Portaria nº 735, de 17 de setembro de 2018	Retifica artigos da Portaria nº 611, de 06 de agosto de 2018
Portaria nº 1.053, de 26 de dezembro de 2018	Dispõe sobre a concessão da licença para capacitação no âmbito do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 16, de 4 de janeiro de 2019	Fixa a taxa de câmbio aplicada à Retribuição no Exterior para fins de verificação do limite remuneratório constitucional
Portaria nº 315, de 25 de fevereiro de 2019	Regulamenta o mecanismo de promoções do primeiro semestre de 2019
Portaria nº 365, de 19 de março de 2019	Retifica artigos da Portaria nº 315, de 25 de fevereiro de 2019
Portaria nº 821, de 26 de agosto de 2019	Regulamenta o mecanismo de promoções do segundo semestre de 2019
Portaria nº 884, de 18 de setembro de 2019	Retifica artigos da Portaria nº 821, de 26 de agosto de 2019
Portaria nº 96, de 28 de fevereiro de 2020	Regulamenta o mecanismo de promoções do primeiro semestre de 2020
Portaria nº 129, de 13 de março de 2020	Retifica artigos da Portaria nº 96, de 28 de fevereiro de 2020

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 98, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.021483/2020-69, interposto pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE DO PARANÁ/PR, CNPJ nº 73.449.977/0001-64, contra a decisão de cancelamento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, ante o descumprimento dos requisitos, aferidos em Processo de Supervisão, por não ter atendido aos requisitos obrigatórios para a manutenção da certificação, conforme estabelecidos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA Nº 2.630, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita Municípios a receber incentivos financeiros referentes às equipes de Atenção Básica Prisional (eABP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando o Anexo XVIII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, da Regulamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional no âmbito do SUS (PNAISP), instituída pela Portaria Interministerial MS-MJ nº 1, de 2 de janeiro de 2014; e

Considerando a Seção IV do Capítulo II do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, do Incentivo Financeiro de Custeio Mensal aos Entes Federativos que Aderirem à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os municípios descritos no anexo a esta Portaria a receber o incentivo de custeio referente às equipes de Atenção Básica Prisionais (eABP), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, do Bloco de Atenção Básica, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS - EQUIPE DE SAÚDE QUE ATUA NO SISTEMA PRISIONAL

Proposta SAIPS	UF	IBGE PAGAMENTO	IBGE LOCALIZAÇÃO DA EQUIPE	Município	CNES	INE	Equipe	Gestão	Valor mensal
110642	BA	290000	291920	LAURO DE FREITAS	6428193	201413	53	Estadual	R\$ 33.214,64
113018	BA	290000	292740	SALVADOR	5590043	212342	53	Estadual	R\$ 30.351,31
114856	CE	230000	230625	ITAINGA	9459634	1659030	52	Estadual	R\$ 25.332,98
107455	CE	230000	231290	SOBRAL	7533365	1677977	52	Estadual	R\$ 21.302,73
104006	DF	530000	530010	BRASILIA	3027635	1593544	54	Estadual	R\$ 47.674,46
109787	ES	320000	320150	COLATINA	6430090	280976	52	Estadual	R\$ 22.454,23

